MIL ANOS DA INCURSÃO NORMANDA AO CASTELO DE VERMOIM

COORD.
MÁRIO JORGE BARROCA
ARMANDO COELHO FERREIRA DA SILVA

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

Título: ***Mil Anos da Incursão Normanda ao Castelo de Vermoim***

Coordenação: Mário Jorge Barroca, Armando Coelho Ferreira da Silva
Design gráfico: Helena Lobo | www.hldesign.pt
Imagem da capa: "Tapisserie de Bayeux – XIème siècle". Avec autorisations spéciale de la Ville de Bayeux.
Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória
Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt
ISBN: 978-989-8351-97-5
Depósito Legal: 450318/18
DOI: https://doi.org/10.21747/9789898351975/mil
Porto, dezembro de 2018
Paginação, impressão e acabamento: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. | www.sersilito.pt

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.

O CASTELO DE VERMOIM, NOTAS SOBRE A SUA ESTRUTURA E IMPLANTAÇÃO

FRANCISCO M. V. REIMÃO QUEIROGA*

1. INTRODUÇÃO

No quadro da evocação da incursão viking ao castelo de Vermoim, passado que é um milénio sobre o evento, não podemos deixar de olhar para a fortificação, para a sua estrutura e função, assim como para o seu período de vida e de domínio sobre a terra e os seus habitantes. Cabe-nos apresentar os dados arqueológicos disponíveis sobre o castelo, tendo como base a parca evidência de superfície visível no local, e as impressões e observações recolhidas em várias visitas que fomos efectuando, desde 1977 ao presente, uma vez que neste sítio nunca foi efectuada nenhuma escavação arqueológica.

O castelo de Vermoim sempre esteve presente na mente de todos os habitantes do seu entorno, a maioria dos quais desconhecendo o seu significado, é certo, mas olhando sempre este local, bastante isolado e rodeado de uma aura telúrica, como referência de um imaginário que se foi alimentando ao longo de gerações.

Com efeito, este imaginário pode ilustrar-se numa lenda que é local, mas cujos contornos são comuns a outras regiões do país[1]. Reza esta lenda que existe uma moura residente dentro do amplo afloramento granítico sobre o qual se implanta o castelo, e guarda zelosamente durante o dia um tesouro considerável. Quando é chegada a

* Professor Associado, Universidade Fernando Pessoa, Porto; investigador agregado ao CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

[1] BASTOS, 1988.

meia-noite, o penedo abre-se ao meio e a moura vem para a sua entrada fiar. Por vezes, a moura transforma-se em cobra e desce às aldeias dos vales circundantes para beber o leite das vacas ou, se as não encontra, vai beber o leite das mulheres com crianças de berço, surpreendendo-as no sono. Para que estas não acordem, coloca a cauda na boca das crianças, à laia de chupeta, enquanto suga o leite das mães. Ouvimos vários habitantes das redondezas garantirem ter visto uma cobra enorme e escura, com madeixas longas de cabelo, a esgueirar-se pelas folhagens do monte, numa clara alusão a esta entidade mítica em estado de transmutação incompleto, que é justificado pelo seu avistamento diurno, portanto extemporâneo com o ritual, pois com o nascer do Sol todas as entidades nocturnas se recolhem.

Esta curiosidade etnográfica justifica também, em parte, a depredação a que o castelo terá sido votado ao longo dos tempos, na ânsia de encontrar o tesouro. Recordamo-nos vivamente da primeira escavação realizada no castro, em 1982, a cerca de vinte metros do rochedo do castelo, durante a qual fomos visitados quase todos os dias por grupos de pessoas que, invariavelmente, perguntavam se já tinha aparecido algum ouro. Referiam também que era comum virem a esse local na base do rochedo — onde existe uma depressão que abaixo comentaremos — à meia-noite, e com o livro de S. Cipriano, tecer um esconjuro para aceder ao tesouro que o rochedo guarda. Esta prática de buscar ouro nos rochedos do castelo de Vermoim foi também relatada por Camilo Castelo Branco[2], cuja descrição nos ilustra a magnitude que esta prática terá atingido, talvez a partir do século XVI, quando se intensificam os rituais de categorização e de exorcização dos espaços, no quadro das lutas contra as bruxarias na Europa[3]. Contudo, se este fenómeno foi muito atenuado no noroeste peninsular devido às idiossincrasias do seu povo[4], desta época ficaram-nos muitas cruzes e gravuras diversas[5] dispersas pelos montes, por vezes apostas sobre arte rupestre de épocas anteriores. De resto, cremos que será devido a esta lenda da moura que foi neste local, e não no vizinho cabeço das Eiras, que as comunidades circunvizinhas decidiram erigir o cruzeiro que hoje vemos sobre o rochedo.

As razões para a continuada degradação do castelo dividem-se, portanto, entre a busca de pedra aparelhada no passado para a construção das casas e dos muros das redondezas, a acção dos caçadores de tesouros que foram escavando por todo o lado mas sobretudo no «penedo da moura» e, no presente, os desportistas, mormente ciclistas e motociclistas, que o têm vindo a incluir nos seus traçados e assim contribuem para a degradação galopante dos já escassos vestígios de muralha existentes.

---

[2] CASTELO BRANCO, 1985: 1050-1056.
[3] BURNS, 2003.
[4] LISÓN TOLOSANA, 1987: 363 segs.
[5] ALMEIDA, 1981: 7-9.

Fig. 1. Vista do monte do castelo, a partir do poente, do castro de Sta. Cristina.

2. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO

O castelo de Vermoim está implantado num relevo alongado no sentido nascente-poente, com encostas de pendor acentuado, e sendo a coroa dominada por rechãs e cabeços de contornos suaves (Fig. 1), entrecortados por elevações de grandes batólitos graníticos situados na sua periferia, portanto voltadas aos vales que o relevo domina. São os vales aluvionares do rio Pelhe, a norte, e o rio Pele, do lado sul, ambos ligados à bacia do rio Ave, cujo curso corre a sudoeste do relevo.

Talvez a particular implantação geográfica deste relevo seja uma das razões da ampla diacronia da sua ocupação, e da densidade populacional que chegou a atingir. Com efeito, ao longo dos cumes suaves do seu extremo poente, conhecemos três monumentos megalíticos, a juntar a três povoados castrejos. Um destes povoados é o castro das Eiras, cujos dados indicam ser de fundação augústea, e se configura como uma das maiores citânias conhecidas no noroeste peninsular. A concentração de sítios e de população nesta área, por volta do câmbio de Era, permite classificá-la como uma verdadeira «área metropolitana», da qual a urbe das Eiras, ou *colónia* como referiu Estrabão, seria o lugar central.

O local de implantação do castelo foi anteriormente ocupado pelo que designamos como castro de Vermoim. Este povoado, no qual se efectuaram sondagens em 1982 e 1983[6], teve origem pelos inícios do primeiro milénio a. C., e terá sido desocupado com a romanização.

[6] QUEIROGA, 1983; QUEIROGA, 1985; QUEIROGA, 2015.

Fig. 2. Paisagem para sul do castelo, sobre o amplo vale do Ave.

O alto do castelo beneficia de um amplo domínio sobre a paisagem circundante (Fig. 2), e igualmente de contacto visual com as fortificações coevas, estas também localizadas em pontos altaneiros, se bem que menos estratégicos. Desta interacção visual salientamos a partilhada com o Monte Redondo, sobranceiro à importante via romana que desde o império ligava Cale a Bracara e, no quadrante sul, nos vales do Pelhe e Ave, com os castelos de Custóias, Sabroso e S. Miguel-O-Anjo.

A área envolvente está pejada de topónimos de raiz medieval, como *torre*, *paço quintão*, a juntar às *agras* que abundam nos vales adjacentes.

O monte do castelo e o relevo no qual se situa constituem espaço periférico das aldeias circunvizinhas; espaço de monte, ermo, de caçadores, lenhadores e pastores, mas também de malfeitores, como refere Camilo Castelo Branco[7], que viveu na vizinhança e a ele alude em algumas ocasiões. Dos seus escritos confirmamos a impressão já colhida de Francisco Martins Sarmento, de que por esta época já nada restava do castelo, nem mesmo as ruínas da muralha.

Como nota de curiosidade, e talvez reminiscência do seu quotidiano histórico, constatamos que por toda a área de implantação do castelo abunda o trovisco (*Daphne gnidium L.*), arbusto que tão frequentemente é referido nas Inquirições, por ter sido utilizado na prática da pesca fluvial na Idade Média, sendo a sua recolha uma das obrigações que os habitantes tinham perante o senhor da terra.

[7] CASTELO BRANCO, 1985: 1050-1056.

3. O CASTELO E A SUA ESTRUTURA

A presente análise fundamenta-se exclusivamente na observação superficial dos vestígios visíveis de momento no castelo de Vermoim, elementos somados ao que recordamos ter visto nas visitas efectuadas ao local há mais de vinte anos. Como tal, ressalvam-se as devidas cautelas na interpretação das estruturas, cuja visão parcelar e limitada pode facilmente ser desmentida por trabalhos arqueológicos programados, que esperamos venham a ser realizados no futuro.

As ilações que se vão produzindo são apoiadas pelos vestígios materiais visíveis à superfície do terreno, e documentados nas fotos em anexo, as quais são referenciadas no decurso da descrição. A observação do castelo e seu espaço envolvente beneficiou de uma circunstância infeliz que foi o incêndio que lavrou na quase totalidade deste amplo relevo no Verão de 2016, e foi seguido do corte de todo o arvoredo para aproveitamento da madeira. Desta forma, o terreno apresentava uma visibilidade que até então nunca tínhamos presenciado, e foi aproveitada para a elaboração de um modelo digital de superfície gerado a partir de imagens digitais obtidas por voo de drone[8]. No registo fotogramétrico optou-se por uma resolução de cerca de 10 centímetros por pixel, a qual se entendeu ser a mais adequada, atendendo à amplitude da área representada e às características do estudo.

3.1. Implantação e acessos

O castelo implanta-se sobre o que teria sido a acrópole do castro de Vermoim, que então já estaria desabitado há muitos séculos. A partir da análise dos vestígios de superfície, e mormente das irregularidades do terreno, a única que nos é permitida de momento, não é fácil distinguir o que faz parte da estrutura do castelo do que é reminiscência da ocupação castreja. É natural que o cabeço rochoso onde se implanta o castelo tenha possuído estruturas habitacionais desta época mais antiga, as quais, entretanto, a ocupação medieval obliterou, podendo igualmente existir vestígios desta época enterrados nos níveis inferiores, e que futuras escavações permitam detectar. Mantemos em mente a possibilidade de algum dos vários entalhes nos rochedos pertencer a esta fase mais antiga, pelo que se redobram as cautelas na análise destes vestígios, e mormente da sua coerência relativa face à planta do castelo.

A presente observação, e interpretação das ruínas, teve ainda em conta outro factor importante, que é a dinâmica do seu processo de erosão e destruição, a qual condiciona sobremaneira a percepção da realidade arqueológica.

No contexto da degradação que as ruínas foram sofrendo ao longo dos tempos, devemos salientar uma ocupação, aparentemente insólita, que nos é relatada

[8] O registo e tratamento da informação foi realizado pela empresa GEOSITE, sendo o serviço custeado pelo CLEPUL. Muito agradecemos a Renato Henriques, docente da Universidade do Minho, a consultoria técnica e adequação das representações tridimensionais.

por Francisco Martins Sarmento, na descrição de uma sua visita ao castelo de Vermoim, no dia 24 de Abril de 1880. Relata-nos[9] que «Mas é de notar que no alto do morro do Castelo houve um antigo telégrafo, e muita telha que por lá vi é decerto moderna e da casa do telegrafista». Desta informação podemos inferir que em 1880 já não existiriam ruínas da referida construção, nem alicerces que certamente não escapariam ao olhar arguto de Martins Sarmento. Ora, o telégrafo implementa-se em Portugal a partir do início da segunda metade do século XIX[10] (1856), sendo então gradualmente vulgarizado pelo país, e a telegrafia sem fios, ou rádio, só será introduzida décadas após o relato de Martins Sarmento. Se não se pode deixar de estranhar a escolha de um local elevado, tão isolado e pouco acessível, para instalar um retransmissor de um sistema de comunicações que funciona por cabo, também parece pouco credível que no espaço tão curto de duas décadas este equipamento tivesse sido implementado, utilizado e completamente obliterado do local. A ser verdade esta informação que Martins Sarmento recolheu de habitantes locais, poderia mais provavelmente tratar-se de uma forma de telégrafo visual, método de comunicação que se vulgarizou no decurso da Guerra Peninsular[11], e que dependia naturalmente de domínio visual sobre amplos espaços.

Ajuizando pela descrição de Francisco Martins Sarmento, cremos que nesta altura já não deveria ser visível o traçado da muralha do castelo, pois não lhe é feita qualquer referência, sendo bem provável que a depredação da estrutura se tenha iniciado logo após o seu abandono, e rapidamente exaurido o acervo de boas pedras aparelhadas que a constituíam. Martins Sarmento não teria certamente deixado de fazer uma referência ao pano de muralha do castelo, caso tivesse divisado ainda que um pequeno tramo.

Um outro momento de perturbação das estruturas é promovido pela lenda da Moura Encantada, acima referida, como resultado do impacto que produziu no imaginário local. Do lado poente, e junto à base do rochedo, nota-se uma ampla e profunda depressão (Fig. 3), juncada com abundante pedra de calibres variados. Não existindo nas redondezas qualquer contexto semelhante, estamos certos que neste local se terão concentrado todos os episódios de escavação em busca do tesouro escondido, quer aqueles com a magnitude relatada por Camilo Castelo Branco[12], quer os realizados pelos habitantes das redondezas.

O rochedo onde se implanta o castelo é de configuração alongada, orientado sensivelmente no sentido norte-sul. Em todo o seu redor se orientam estruturas defensivas

[9] SARMENTO, 1999: 131.
[10] Mormente pela acção reformadora de Fontes Pereira de Melo, e privilegiando as ligações insulares e intercontinentais com o Brasil.
[11] LUNA *et al.,* 2008.
[12] CASTELO BRANCO, 1985: 1050-1056.

Fig. 3. Extremo norte do monte do castelo, vendo-se o talude e fosso de época castreja que se esbate pela encosta abaixo.

Fig. 4. Monte do castelo visto de poente. Notam-se os taludes e fossos de época castreja, já muito degradados, e o grande afloramento granítico sobranceiro ao acesso ao castelo.

Fig. 5. O «buraco da moura», na base do penedo do castelo. Junto com a profunda depressão, e dos materiais dela provenientes, nota-se um volumoso escorrimento da plataforma do castelo.

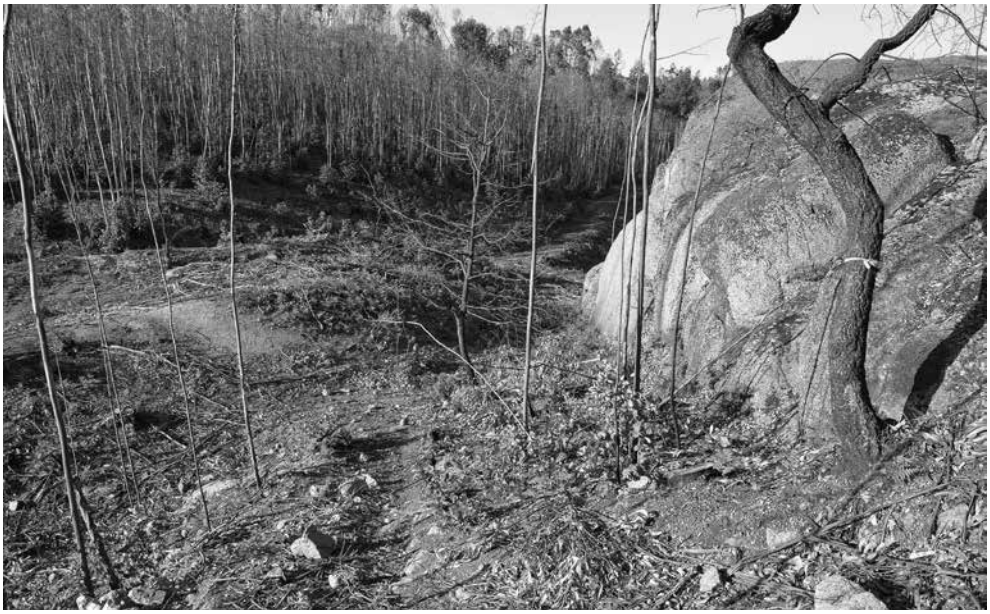

Fig. 6. O caminho de acesso ao castelo, aproveitando uma depressão entre o rochedo e as defesas de época castreja.

Fig. 7. A parte superior do acesso ao castelo, onde são aproveitados como degraus os restos da muralha de época castreja que aqui conflui.

e muros de socalcos do período castrejo, razão pela qual temos alguma dificuldade em descortinar se alguma das pequenas plataformas visíveis do lado nascente será desta época mais recuada, ou então reminiscência de uma fase mais tardia do castelo.

Ao lado noroeste do rochedo confluem dois taludes, e os respectivos fossos (Fig. 4), que são comprovadamente de época castreja, aos quais acresce um outro talude exterior (Fig. 3), que os contorna por todo o lado norte. Entre os taludes e o rochedo existe uma ligeira depressão alongada, que interpretamos como caminho de acesso ao castelo (Fig. 6), expondo quem entrava à posição sobranceira dos defensores. Vencido este tramo, temos vestígios de degraus em pedra (Fig. 7), parte dos quais integra certamente o reaproveitamento da face exterior do paramento da muralha castreja, que vai encostar ao penedo (Fig. 4). Neste ponto clarifica-se a defesa natural, e o acesso é cerceado por um imponente batólito granítico do lado direito, e a superfície rochosa delimitada por pendor acentuado, do lado esquerdo (Fig. 10).

Atingida a superfície mais aplanada do rochedo, e tendo sempre o grande batólito granítico do lado direito, encontramos um derrube de pedras, algumas das quais definindo alinhamentos recortados com pouca clareza, contexto que poderia indiciar uma pequena estrutura de defesa, do tipo torreão (Fig. 8). Este espaço encontra-se bastante remexido, e apresenta uma depressão que poderá ser resultante do corte de pedra em épocas mais recentes, actividade que está patente nos buracos de *guilhos* que o rochedo ainda ostenta.

Fig. 8. Na plataforma superior são visíveis restos de construções que podem configurar algum tipo de estrutura defensiva no acesso ao castelo.

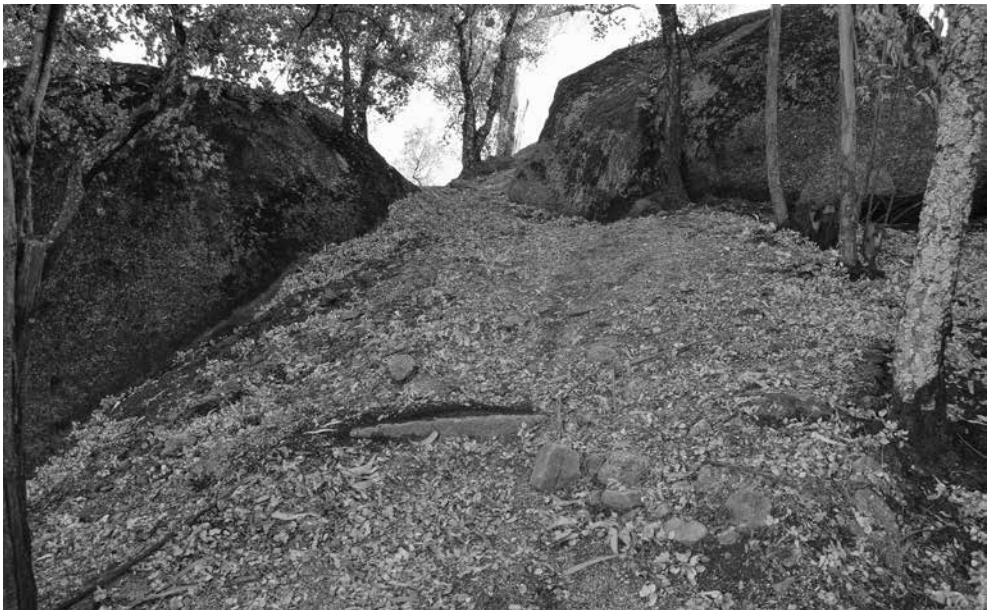

Fig. 9. Acesso à entrada do castelo, entre grandes batólitos. Do solo emerge o topo de uma pedra de degrau, elemento do que terá sido uma escadaria.

Fig. 10. Vista, do lado da porta do castelo, do «corredor» de acesso, que estaria delimitado por um muro, do lado direito, entre os afloramentos, formando corredor.

Fig. 11. Extenso derrube de pedras que indicia a existência do muro que delimitava a rampa de acesso ao castelo.

A partir deste ponto configura-se com maior clareza o percurso de acesso ao castelo, que continua a ser limitado no seu lado poente por grandes batólitos (Fig. 10), cujos espaços intermédios se nos afigura terem sido preenchidos por segmentos de muro, dos quais ainda vemos reminiscências. Do lado oposto, a nascente, abre-se um espaço entre afloramentos, seguido de grande pendor, e que também seria limitado por um muro, do qual vemos vestígios de alicerce, e ao qual parece pertencer o denso derrube arrastado pela encosta (Fig. 11). Em função deste conjunto de vestígios, presumimos que teria existido uma entrada em corredor entre a base do rochedo, junto aos taludes de época castreja, e a porta do recinto fortificado. Este tramo, entre o primeiro torreão e a entrada do castelo era vencido por degraus, dos quais temos um exemplo visível à superfície (Fig. 9) junto à estrutura de porta.

4. O RECINTO AMURALHADO

Temos então o que será a evidência mais emblemática do conjunto dos vestígios que este castelo ainda possui: a estrutura da porta principal. Parte da soleira e da ombreira do lado poente da porta do castelo foram entalhadas na rocha (Fig. 12), legando-nos assim uma indicação preciosa sobre a sua estrutura e funcionamento.

Da observação dos entralhes constatamos a existência de um batente lateral generoso. Na parte inferior do batente temos uma ligeira depressão com perfil redondo indiciando que a porta teria girado sobre gonzos. O desgaste do fulcro do gonzo é muito reduzido (Fig. 13), pois notam-se as irregularidades do pico, e a secção da depressão é de perfil ovalizado, vendo-se uma mancha circular acastanhada, talvez devido à agregação de óxidos de ferro sobre a rocha. Somos tentados a presumir que ou os gonzos seriam em madeira, ou sendo em ferro terão tido muito pouca utilização. Na base da porta temos numa canelura profunda e larga, que suscita algumas dúvidas. O nível dos seus lados é igual, não se divisando o batente de soleira, facto irregular a não ser que tivesse existido uma pedra/degrau no exterior suficientemente sobreelevada para cumprir essa função. Falta-nos evidência sobre a configuração da ombreira do lado nascente, o que não permite concluir se a porta teria uma ou duas peças, sendo esta segunda hipótese mais coerente, pois quanto mais estreita fosse a folha da porta menor carga faria sobre o gonzo. De resto, tanto as características do acesso à porta como as do espaço disponível do lado interior, e a ela contíguo, sugerem que esta seria comparativamente estreita, adequada à passagem de pessoas e animais de tiro, mas não de veículos. Com base nestes pressupostos, e em exemplos coevos, aventamos que a sua largura se deveria situar entre 120 e 160 centímetros.

A parte superior do rochedo apresenta evidência importante sobre a configuração da muralha, uma vez que ostenta alguns entalhes de embasamento do seu tramo do lado poente. No alinhamento do batente da porta temos um entalhe que define o

pano exterior da muralha, o qual aqui teria cerca de 70 centímetros de largura (Fig. 14). Do lado interior da porta, um outro entalhe indicia que a muralha se alargaria mais um metro para este lado, perfazendo assim um total de cerca de um metro e setenta. Neste plano, situa-se ainda um rebaixe com cerca de 12 centímetros de largura, o qual servia para apoio da tranca transversal de bloqueio da porta (Figs. 12 e 14). A largura total da muralha neste curto tramo junto à porta, que teria pelo menos 1,70 m, é consentânea com a existência de uma plataforma, ou adarve, na parte superior. A posição da porta, na parte média da muralha, conferia-lhe alguma protecção face ao desgaste provocado pelas intempéries. A abertura de entrada seria certamente suportada por uma solução em arco, cuja forma não nos é possível determinar.

Defronte da porta de entrada temos um rochedo que sobreleva a cota do lado poente (Figs. 12 e 14), pelo que o acesso ao interior do castelo deveria aqui inflectir para a esquerda, em rampa. O desnível acentuado, que ainda hoje vemos do lado direito da entrada, só poderia ter sido vencido com recurso a degraus, se bem que pareça mais lógico a existência de um murete de suporte, do qual temos um possível vestígio na base do rochedo da porta (Figs. 12 e 14), e vedaria o acesso por este lado.

A configuração do pano de muralha do lado norte é definida claramente pela estrutura da porta, e o cunhal da intersecção deste com o alinhamento da muralha no lado nascente do castelo situa-se sobre um pequeno batólito que, em nossa opinião, teria sido mais fácil remover do local do que integrar na construção. Neste

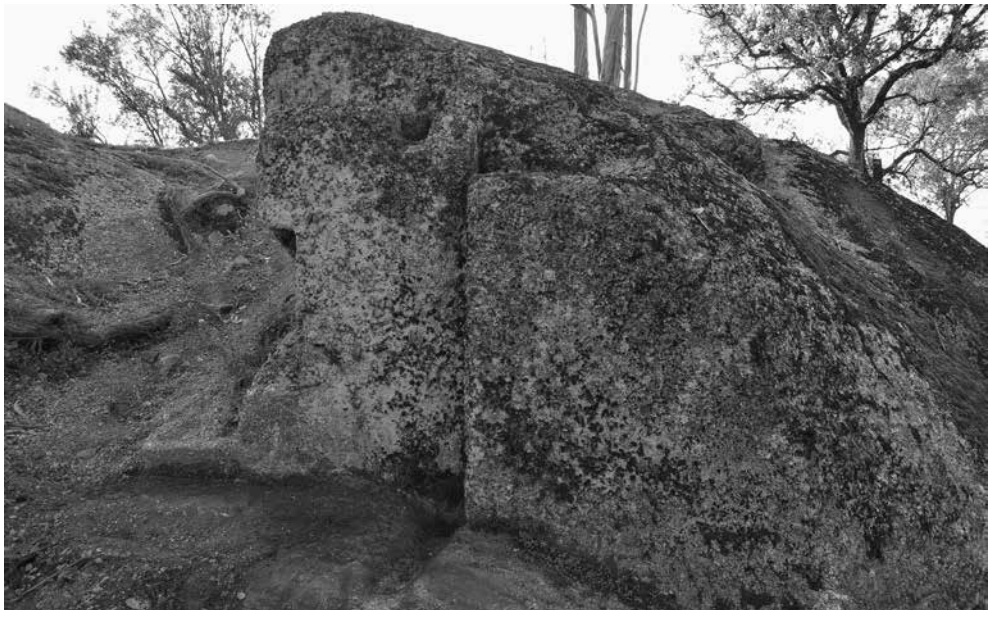

Fig. 12. A estrutura da porta do castelo, documentada pelos entalhes escavados na rocha.

Fig. 13. Pormenor da canelura da soleira e do orifício do gonzo, do lado poente da porta de entrada do castelo.

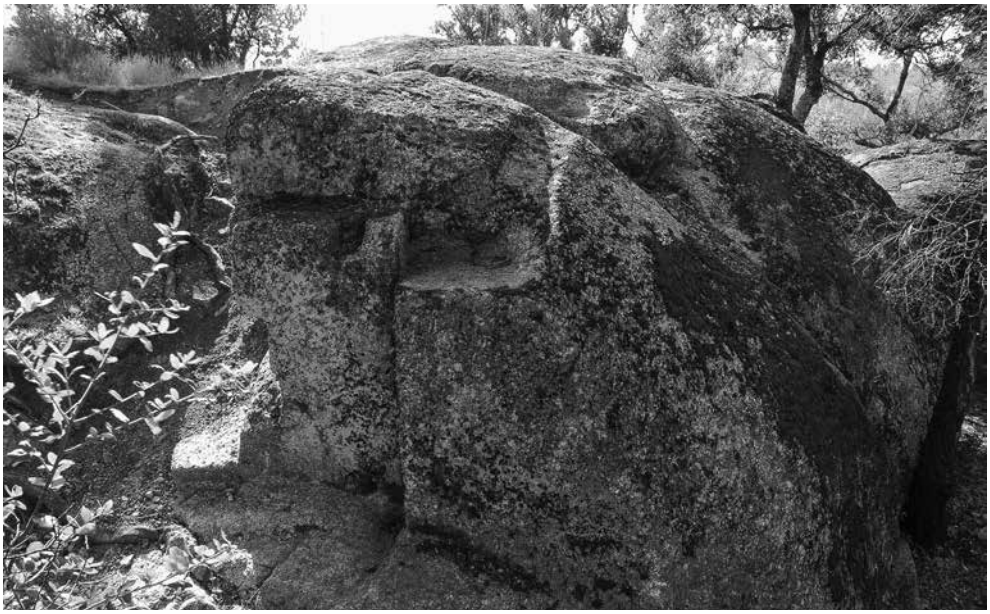

Fig. 14. Vista superior da estrutura da porta, notando-se os entalhes do desenvolvimento da muralha para o lado poente. Nota-se ainda o desnível do terreno no interior do recinto, devido à presença do afloramento granítico.

lado a configuração do afloramento rochoso é bastante mais entrecortada, criando espaços com vãos angulosos, em tudo semelhantes a linhas de água. Estes espaços de instabilidade estrutural obrigaram a criar alicerces, ou «sapatas», que se alongam para o exterior do alinhamento da muralha conforme indiciam as escassas pedras que ainda sobrevivem *in situ*, configurando uma solução do tipo alambor semelhante ao que vemos junto à porta norte do castelo de Guimarães.

Os dados disponíveis sobre o posicionamento da muralha, que oscilam entre uma ou outra pedra de alicerce e os entalhes nos rochedos, parecem definir uma planta bastante regular para este tipo de construção. Com efeito, e como documenta a Fig. 15, cerca de metade do traçado do lado nascente é rectilíneo, entre o entalhe no

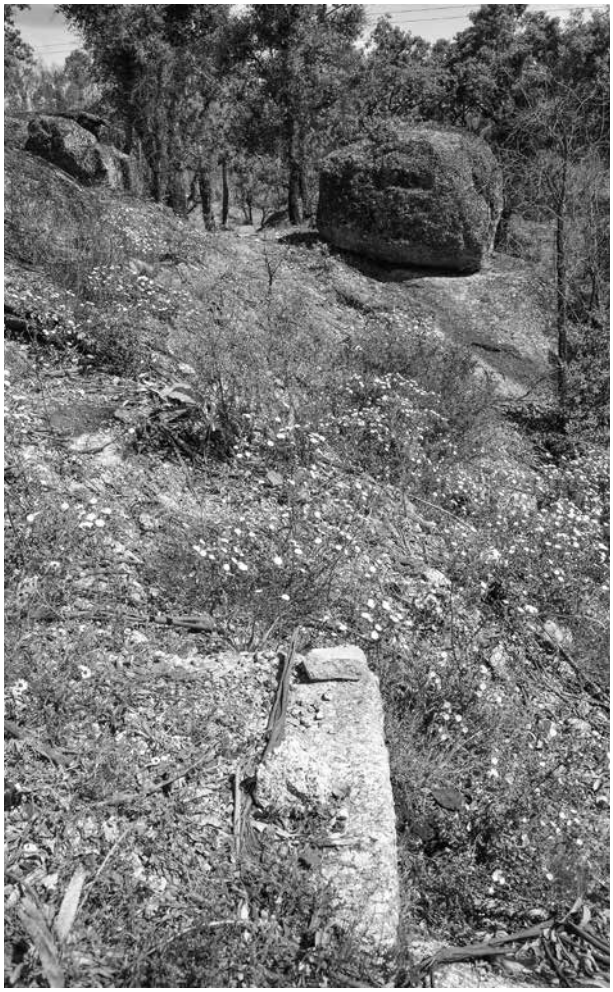

Fig. 15.
Alinhamento da muralha do lado nascente, em zona débil de afloramento rochoso. Nota-se em primeiro plano uma boa pedra aparelhada, a qual alinha com o entalhe no penedo, ao fundo, no qual também se infere a largura da muralha.

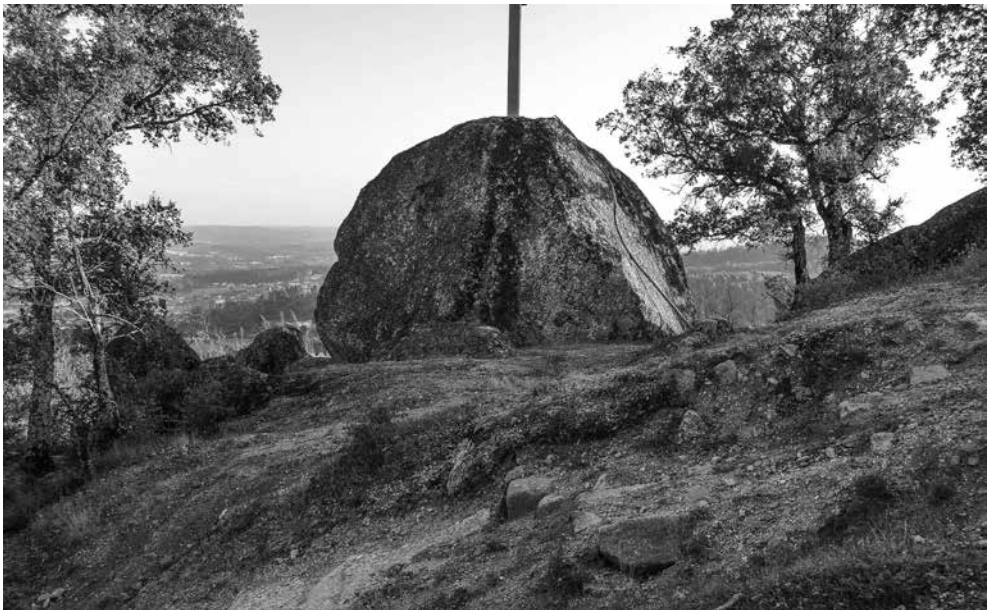

Fig. 16. Vista do traçado da muralha nascente, para o seu extremo sul. A pedra de alicerce, sobre o rochedo, alinha com a base do cruzeiro, onde temos um entalhe de apoio de cunhal.

Fig. 17. Parte superior do rochedo com entalhe de apoio da muralha. O rebordo lateral inflecte em ângulo, indicando tratar-se do cunhal.

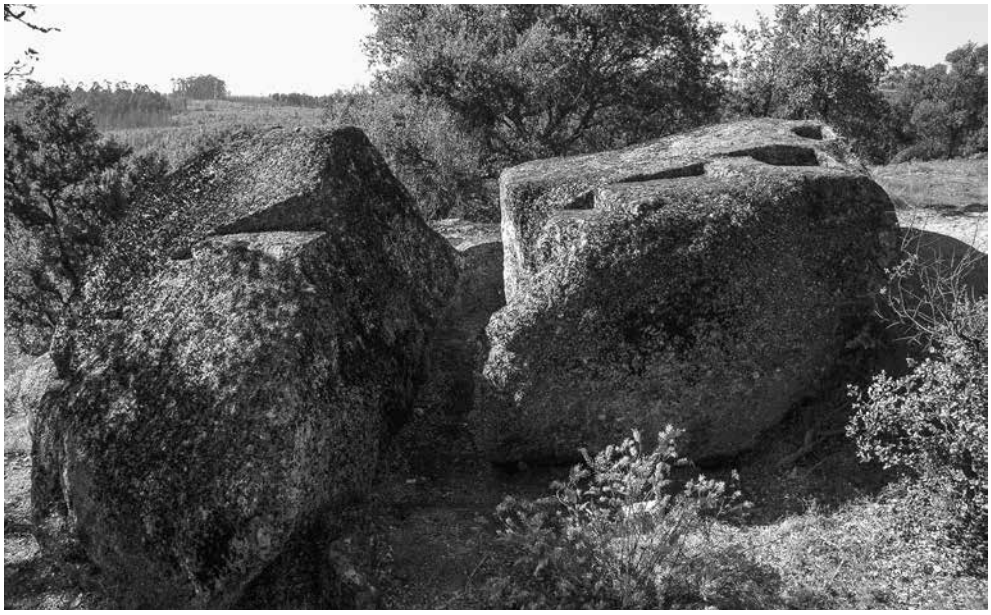

Fig. 18. Magnífica sequência de entalhes na rocha, que clarificam a configuração do que se presume ser uma torre.

rochedo e uma boa pedra de alicerce, podendo inflectir ligeiramente ao aproximar-se do seu extremo sul, onde subsiste evidência de alicerce (Fig. 16) na falha do rochedo.

No extremo sul temos indicação clara sobre o traçado da muralha, mercê de um conjunto de entalhes sobreelevados sobre dois batólitos graníticos. Neste local, a muralha vai apoiar sobre o enorme batólito, no qual se erigiu um cruzeiro em pedra, e no topo do qual se nota o entalhe de embasamento. Este mostra claramente a configuração de um cunhal (Fig. 17), indicando que a partir de aqui a muralha inflecte em ângulo próximo dos 90° para poente. Neste local, o alicerce da muralha encontra-se a cerca de 4,5 metros acima do nível do maciço rochoso (Fig. 16).

O alinhamento interrompe-se pouco depois pela confluência de uma magnífica série de entalhes (Fig. 18), cuja configuração parece definir um pequeno recinto quadrangular (Fig. 19) que só conseguimos interpretar como torre de menagem, ideia que parece ser reforçada pela altura que o alicerce atinge no rochedo onde se situa o cruzeiro.

Naturalmente que os parcos dados disponíveis, e mesmo confirmando-se esta interpretação, não permitem aduzir se esta estrutura corresponderá à planta original do castelo, ou se será uma adição posterior aos meados do século XI, já do período românico, a partir do qual aparecem as torres de menagem[13] nos castelos roqueiros.

[13] BARROCA, 1990-91: 91.

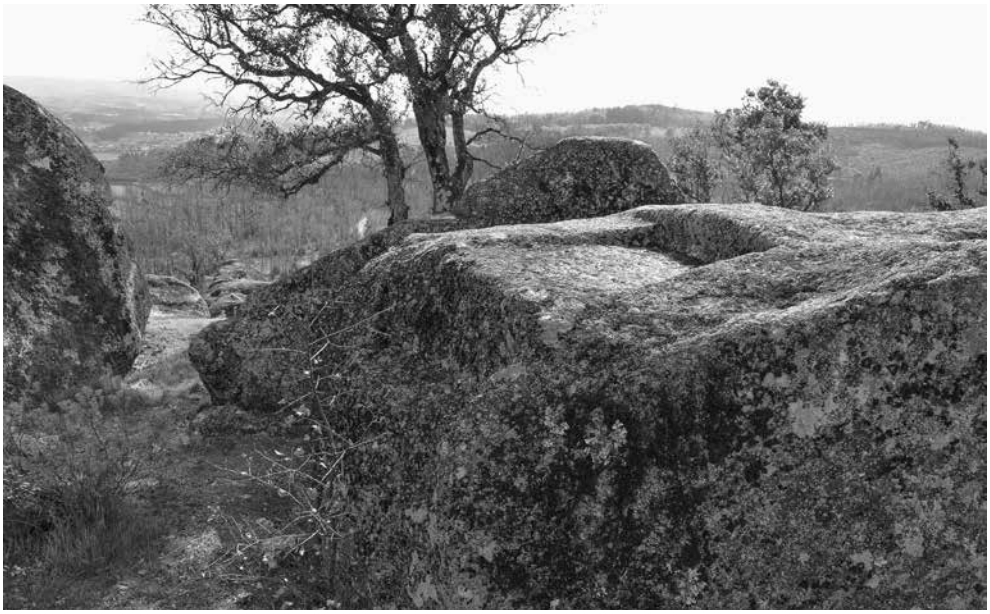

Fig. 19. Detalhe da vista anterior, onde se salienta o entalhe que documenta a planta quadrangular da torre.

Em todo o caso, estranha que os construtores do castelo tenham decidido passar a muralha sobre um obstáculo tão proeminente, tendo em mente os esforços de adaptação dos aparelhos a este rochedo de configuração circular, e também à sua cota particularmente elevada.

O tramo poente da muralha arranca da intersecção deste muro norte da presumível torre de menagem inflectindo e acompanhando a curvatura do rochedo, até alinhar quase que rectilíneo sobre três conjuntos de entalhes rupestres (Fig. 21), e vai encaixar na secção da muralha onde se situa a porta de entrada.

Os dados disponíveis, e acima apresentados, indicam que a planta desta fortificação aparenta seguir um traçado talvez excessivamente rectilíneo, comparativamente com alguns outros exemplos coevos, que conhecemos da região[14], nos quais o alinhamento é bastante mais entrecortado. Contudo, deve ter-se em consideração a regularidade da plataforma rochosa na qual se implanta, a qual pode ter propiciado esta configuração mais rectilínea da planta.

A largura da muralha parece não ter excedido os 80 centímetros, segundo o que nos é indiciado pelos entalhes nas rochas que temos vindo a referenciar, salvo no tramo da porta principal, onde poderá ultrapassar 1,7 metros, como acima se referiu. Estas dimensões das paredes não permitiriam desenvoltura na circulação

[14] FONTES & REGALO, 1997: figura 4.

Fig. 20. Entalhe quadrangular sobre o rochedo, do lado poente do castelo.

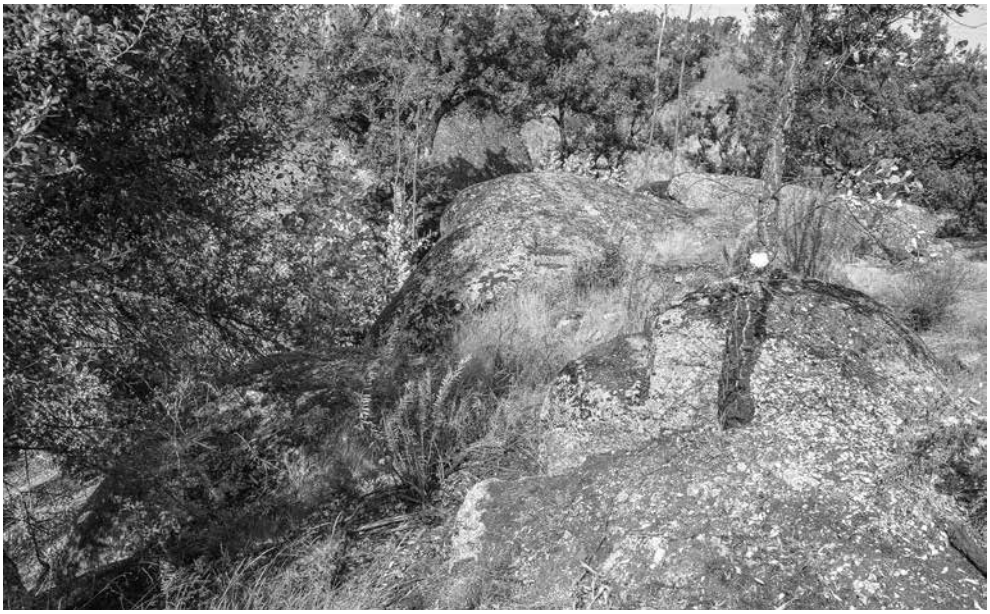

Fig. 21. Vista de dois entalhes na rocha, do lado poente do castelo. O entalhe em primeiro plano delimita a face interior da muralha, enquanto o outro, ao fundo, é perpendicular ao seu traçado.

Fig. 22. Vista geral da plataforma interior do castelo, na direcção sul. Em primeiro plano, uma planta de trovisco.

sobre a sua parte superior, na tarefa de defesa da fortificação. A confirmarem-se estes dados sobre a espessura dos tramos nascente e poente da muralha do castelo, em futuras escavações arqueológicas, só resta aventar a possibilidade de as construções que existiram no seu interior, quer em pedra quer em madeira, terem servido de apoio a um passadiço em madeira que permitisse a circulação em torno da muralha, propiciando a defesa destes sectores. Trata-se, como se salientou, de uma conjectura que caberá a futuros trabalhos esclarecer.

Algumas pedras aparelhadas que se encontram dispersas em derrubes ao longo da encosta sugerem que a muralha teria tido um aparelho do tipo isódomo, o que conferiria alguma solidez à estrutura, compensando em parte a sua reduzida espessura. A estimativa sobre a altura apenas é sugerida pelo batólito onde assenta a suposta torre de menagem, local onde é lícito presumir que a muralha teria pelo menos seis metros de altura.

O interior do recinto era amplo e aplanado (Fig. 22), e teria, naturalmente, algumas construções de apoio aos residentes, mormente à guarnição, posto que nesta época os castelos não eram residência quotidiana da nobreza. Dormitório, cozinha, estábulo e forja parecem ser espaços indispensáveis à vida do castelo. Se os primeiros dois são de senso comum, já para documentar os segundos temos o achado de dois fragmentos de escória, e um pequeno fragmento de ferradura (Fig. 23) junto com um cravo, ambos em ferro, encontrados à superfície numa das últimas visitas ao local.

Fig. 23. Fragmento de uma ferradura, encontrada em derrube superficial, junto à entrada do castelo.

Fig. 24. Dinheiro de D. Afonso III encontrado em derrube superficial junto da entrada do castelo.

Ambos fundamentam tanto a prática metalúrgica como a presença de equídeos no quotidiano desta fortificação.

A superfície do terreno revela indícios de muretes, cuja configuração por ora não é possível descortinar, mas pelo menos um deles parece alinhar em paralelo ao lado poente da muralha, sugerindo assim a possibilidade de as construções estarem adossadas aos seus lados nascente e poente, criando um espaço do tipo corredor entre a porta e o extremo sul. De resto, a ocupação quotidiana está documentada por outros achados de superfície em zonas de escorrimentos, que recordamos ter visto no local[15], como fragmentos de várias formas cerâmicas de cozinha e de armazenamento, e ainda uma importante moeda (Fig. 24), um dinheiro de D. Afonso III[16], datável de 1248-79.

Do conjunto das cerâmicas encontradas à superfície no local já só guardamos memória. Recordamos fragmentos de alguidar com fundo em disco e bordo denteado, de panela com decoração em fio ondulado na parte superior da pança, e os bordos com lóbulo em bisel e curvatura esvasada. Contudo, o que mais chamou então a atenção foram alguns fragmentos com parede pouco espessa, pasta bem cozida, e com a particularidade de uma superfície anormalmente irregular em ambas as faces, pejada com marcas de dedos nas quais eram ainda visíveis as impressões digitais do

[15] Em visita feita em 1978 na companhia de Orlando Sousa, sendo então ambos alunos da Faculdade de Letras e já muito interessados por este castelo, por contágio do Prof. Carlos Alberto Ferreira de Almeida.
[16] Agradecemos a Mário Barroca a classificação deste numisma, feita já há cerca de duas décadas.

oleiro. Trata-se de cerâmica de fabrico claramente medieval, pela pasta e pela cozedura, mas na manufactura da qual parece não ter sido usado o torno, circunstância que, de resto, não explica a sua excessiva rusticidade[17].

As características construtivas do castelo parecem indiciar a sua edificação por iniciativa condal[18], o que viria também a dar sentido ao protagonismo que esta fortificação teve nos episódios e circunstâncias que aqui evocamos, justificando a sua preferência pelo conde Alvito Nunes. A estrutura deste tipo de fortificações começa a ser mais bem conhecida, mercê de intervenções arqueológicas na região[19] que nos vão revelando plantas e técnicas construtivas, ao que esperamos agora dar contributo.

Entre as muitas dúvidas que ficam por esclarecer, salientamos a da eventual evolução da estrutura do castelo, nomeadamente se a muralha foi reparada ou refeita, ou mesmo se houve ampliação por altura da sua ascensão a cabeça de terra, não sendo igualmente claro se a torre, que teria existido no seu extremo sul, pertencerá a esta fase. Os vestígios escrutinados salientam, contudo, a notável individualidade na adaptação das estruturas defensivas aos condicionalismos locais. O carácter local destas construções castelares menores, pela adaptação às configurações particulares de cada monte, e pela sensibilidade própria dos seus construtores, deveria saldar-se numa grande diversidade de soluções[20], na configuração da planta e nos aparelhos de pedra utilizados, assim como na organização funcional dos espaços interiores e dos acessos.

5. O CASTELO E O TERRITÓRIO ENVOLVENTE

No território envolvente ao castelo de Vermoim possuímos uma série de evidências, somando as arqueológicas e documentais, da existência de povoamento estruturado em torno de alguns cabeços proeminentes, e na maioria dos quais tinha havido ocupação da Idade do Ferro[21]. Estes montes (*mons*), que as fontes documentais tão repetidamente referem a partir do século XI, serão locais com defesas naturais, possuindo reminiscências de muralhas castrejas, ou alguns muros incipientes então edificados, dentro dos quais se refugiam as populações em épocas de instabilidade. A sua construção será de iniciativa local[22], fruto do labor, da técnica e das necessi-

[17] Os fragmentos cerâmicos foram então mostradas ao Prof. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que nos indicou serem datáveis genericamente dos séculos XI-XIII.
[18] BARROCA, 1990/91: 94.
[19] FONTES & REGALO, 1997; FONTES & RORIZ, 2010.
[20] BARROCA, 1990/91: 98.
[21] Na escavação do castro de Penices, em Gondifelos, encontrou-se evidência de ocupação medieval (sécs. XI-XIII) nas camadas superficiais, e ainda cerâmicas datáveis desta época no enchimento do fosso adjacente à muralha. Saliente-se que este castro se situa num cabeço pouco proeminente junto ao vale do rio Este. Cremos que o recurso pelas populações à segurança conferida por estes castros, então abandonados, terá sido muito mais generalizado do que a documentação deixa transparecer, e só um olhar atento da arqueologia irá lentamente evidenciar no futuro este padrão.
[22] BARROCA, 1990-91: 91.

dades dos habitantes, a ela sendo alheia a intervenção condal, o que poderá explicar a sua rusticidade e caducidade. A amplitude deste «*encastelamento*» que se iniciará no século X[23] está representado neste entorno por um número significativo de casos (Planta 1)[24], se bem que referidos no século XI e seguinte. O simples facto de serem utilizados como marco de referência já atesta a sua importância, e se na documentação não são referidos como castelos é porque talvez o não sejam, na maioria dos casos, por não possuírem uma estrutura própria, antes aproveitando e reforçando as defesas preexistentes. E também se enquadram num espaço ainda não estruturado, isto é, não organizado defendido e disciplinado[25] por uma tutela condal, situação que a criação das «terras» virá colmatar[26].

A propósito da distribuição destes *mons* na paisagem circundante a Vermoim (Planta 1), consubstancia-se nesta área a sugestão de Carlos Alberto Ferreira de Almeida da sua relação com as vias de circulação[27], e mormente as de penetração costa-interior, e de ligação entre as cidades de maior importância.

A existência dos topónimos *vila*, *casal*, e também *portela*, espalhados pelo entorno do castelo, sugere um espaço povoado e organizado, e em tudo compatível com os ritmos de povoamento conhecidos nesta região[28] na viragem do milénio.

A presença do conde Alvito Nunes no castelo de Vermoim, e consequentemente a sua escolha para resistir à incursão normanda, parecem ser indiciadores do destaque que esta fortificação teria, devido tanto à robustez da sua estrutura como ao seu papel jurisdicional. Presume-se que os tenentes do castelo não o habitariam normalmente[29], por desconfortável e isolado, nele residindo apenas uma pequena guarnição de homens de armas, como acima se sugeriu. Talvez, e à semelhança de

---

[23] ALMEIDA, 1978: 24 segs., 48-9; ALMEIDA, 1989: 47.

[24] Com efeito, e restringindo-nos às imediações, evocamos os casos de prováveis cercas amuralhadas que serviriam de defesa temporária às populações locais em momentos de instabilidade:

- Castelo de Beati, em Mouquim, cuja localização precisa se desconhece, poderia ficar na parte alta de Santiago da Cruz, e controlar o vale do Rio Pelhe, e a estrada para Braga, ou então no cabeço da Santa Filomena, ou no das Ermidas, com controle visual sobre a extensa veiga do rio Este;
- Cossourado, em Guisande (D.C. 540, L.F. 465);
- Monte de S. Miguel, Delães (L.F. 137, de 1085);
- Outino, Sande, Guimarães (D.C. 168 de 994; 587 de 1080);
- Castelo de Frogeva, Leitões, Guimarães (L.F. 369, de 1108);
- Tiedeiras, Leitões, Guimarães (L.F. 223, de 1065; e 224 de 1075);
- Castelo de Custoias, em Calendário, no Monte de S. Miguel-O-Anjo (Avelino Jesus Costa 1959, II, p. 44);
- Sabroso, Oliveira Sta. Maria (D.C. 278, de 1033);
- Monte Córdoba, Santo Tirso;
- Monte de Santa Cristina, Brito, Guimarães (L.F. 384 de 1113).

[25] ALMEIDA, 1978.

[26] LIMA, 1993.

[27] ALMEIDA, 1978: 44.

[28] AMARAL, 2009: 125-125.

[29] BARROCA, 1990/91: 91.

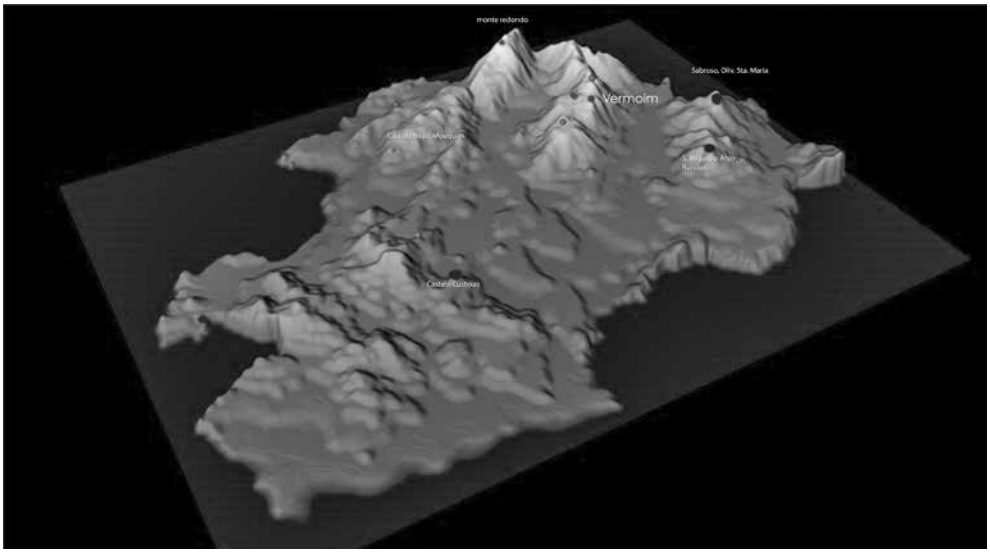

Fig. 25. Modelação de superfície assinalando a azul a localização dos castelos, mons, e castros onde se documentou reocupação medieval.

Fig. 26.
Planta do castelo de Vermoim, com proposta de traçado da muralha documentada pela evidência disponível.

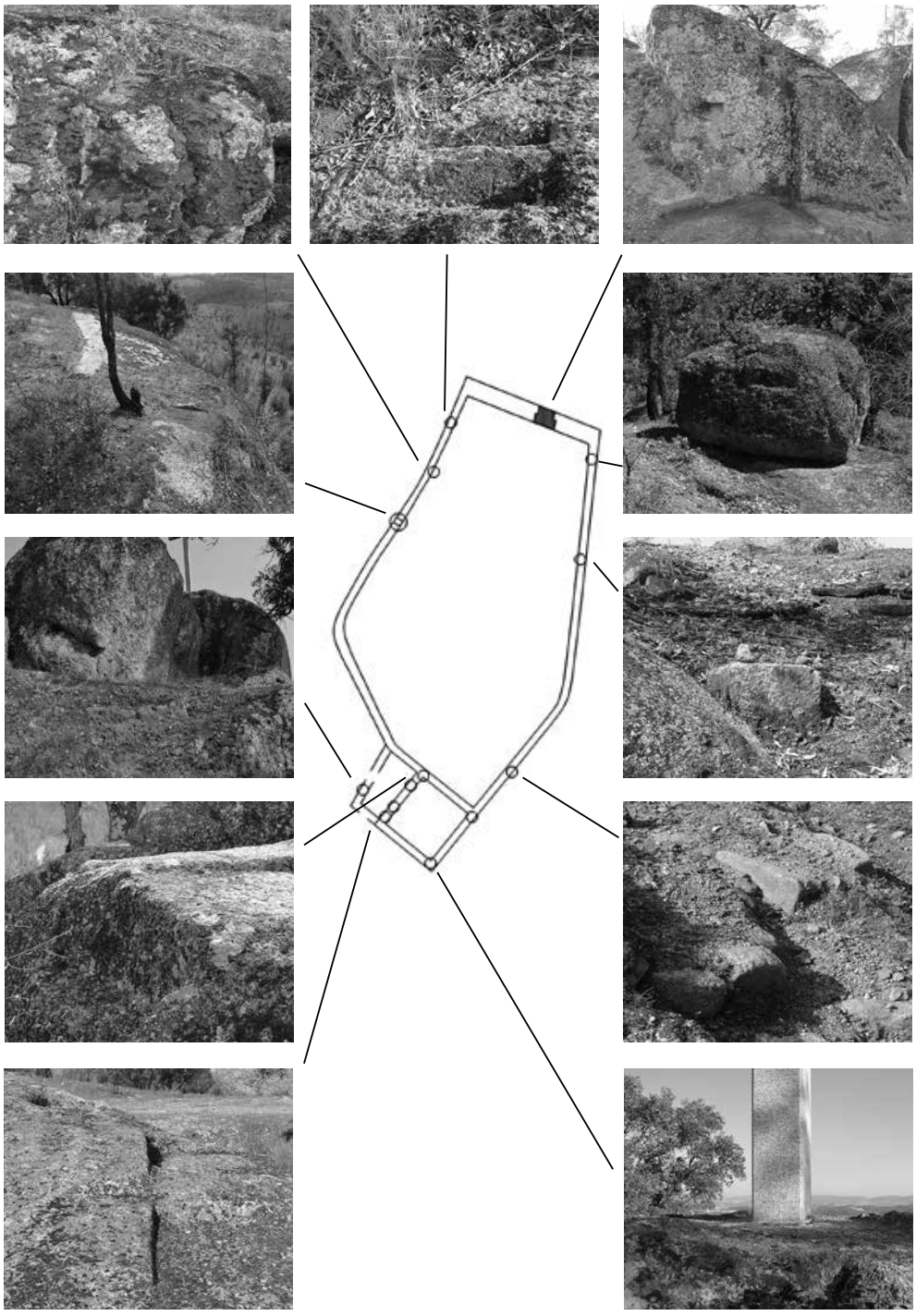

Fig. 27. Apresentação detalhada dos indícios de implantação e traçado da muralha.

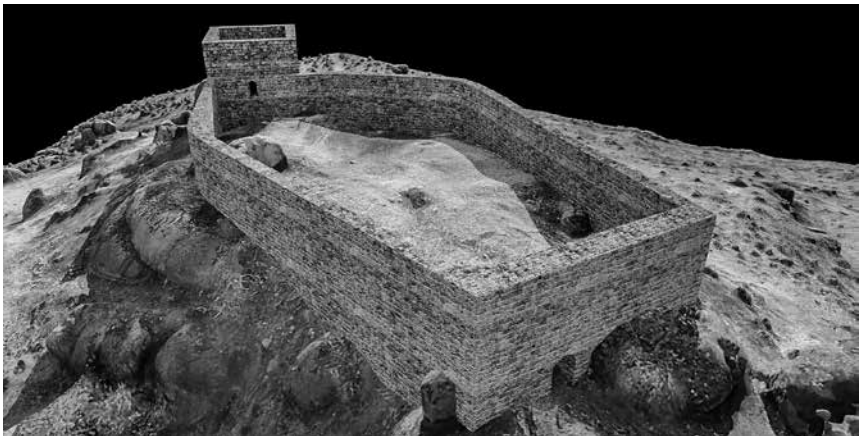

Fig. 28. Proposta de reconstituição 3D do Castelo de Vermoim.

Fig. 29. Proposta de reconstituição 3D do Castelo de Vermoim.

Fig. 30. Proposta de reconstituição 3D do Castelo de Vermoim.

outras regiões[30] o conde tenha estabelecido residência numa torre na periferia do vale, topónimo que podemos ainda identificar em mais que um local nas proximidades.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As técnicas construtivas detectadas nas estruturas do castelo, tanto ao nível dos alicerces como nos entalhes nos rochedos, indiciam um nível de especialização do trabalho de cantaria que não é compatível com o sistema de cooperação vicinal, que parece ter caracterizado a construção dos sítios de refúgio referidos na documentação, alguns nomeados como *mons*, dos quais listámos acima um conjunto dos situados nas redondezas de Vermoim. Estamos perante trabalho de cantaria especializada, a mesma que vemos nas obras de prestígio de época pré-românica, como na igreja de S. Torquato e nos castelos de Guimarães e de Lanhoso. Estes indícios parecem sugerir que a construção deste castelo foi obra de equipe de canteiros/assentadores, que só a iniciativa condal teria posses para financiar, pela monta do empreendimento, o que o colocaria numa posição hierárquica dominante já nos finais do século X e inícios do século XI. De resto, sabe-se que a construção dos castelos mais importantes desta época é de iniciativa condal[31], fenómeno do qual temos o exemplo próximo do castelo do *Mons Latito*, o futuro castelo de Guimarães, de iniciativa da condessa Mumadona Dias, e com o objectivo manifesto de melhor resistir às incursões. Se esta hipótese vier a ser confirmada pela investigação futura, e nomeadamente por escavações arqueológicas no local, então algumas outras questões poderão ficar esclarecidas. A primeira é o protagonismo deste castelo na defesa da incursão normanda, ou pelo menos o facto de as fontes o terem registado como associado ao evento, a juntar à presumível presença do conde por altura do ataque, e também o facto de este castelo vir a ascender a cabeça da Terra de Vermoim.

O castelo de Vermoim possui um amplo domínio visual do espaço visual dos dois quadrantes a sul, nomeadamente sobre o tramo de todo o vale dos rios Pele e Ave que lhe ficam adjacentes, sendo, por sua vez, visível a quem esteja dentro desta área. Talvez o ataque dos normandos que vinham *a viking* em 6 de Setembro de 1016 não deva ser considerado fortuito. A expedição, que provavelmente teria arribado à embocadura do rio Ave[32], penetrou em direcção ao interior pelas vias naturais das veigas adjacentes ao seu curso, e o curso do rio Pele, alinhadas com o traçado das vias que então ligavam ao interior[33], e na rota dos núcleos monacais que já então se estendiam em número considerável pelo vale do rio Ave acima, até Guimarães[34].

[30] BARROCA, 1984: 124; 1988: 163.
[31] BARROCA, 1990/91: 94.
[32] AMARAL, 2009: 125.
[33] ALMEIDA, 1968: 82-83.
[34] MARQUES, 1988.

O castelo chamaria inevitavelmente a atenção dos invasores, pela ameaça militar que constituía, por qualquer tentativa que a sua guarnição terá efectuado no sentido de repelir a incursão, e que os textos não referem, e naturalmente também porque um dos objectivos primários do raide era o de obter bens e reféns de valor, para negociação de resgate[35], e neste caso a captura do conde Alvito Nunes, a concretizar-se, seria particularmente rentável.

A escassez das fontes escritas sobre este episódio, que é laconicamente referido na *Chronica Gothorum*[36], obriga-nos a auscultar outras evidências que apoiem as nossas dúvidas e interpretações sobre esta incursão. Contudo, o facto de Alvito Nunes, então governador do condado portucalense, ter encabeçado a resistência organizada a estes ataques-relâmpago, e ter escolhido o castelo de Vermoim para o fazer, sugere não só a atenção que o poder condal conferia a estes focos de instabilidade, como também o facto de o castelo possuir solidez tida como suficiente para resistir ao ataque. De resto, pelo que acima se referiu, consideramos que o castelo de Vermoim continha capacidades de defesa para enfrentar ataques deste teor, isto é, sem recurso a armas de cerco.

Quanto à rota de penetração, colocamos algumas reservas quanto à possibilidade de o rio Ave nos inícios do mês de Setembro possuir então caudal, e, portanto navegabilidade, compatíveis com a progressão de barcos, mesmo sendo estes tão extraordinariamente ligeiros e versáteis como os *drakkar*, que pouco ultrapassavam um metro de calado, salvo talvez no seu curso inferior, com limite na zona Trofa/Santo Tirso. Recordamos que se vivia então um período de óptimo climático com temperaturas e precipitações superiores às actuais[37], que só o início da designada «pequena idade do gelo» viria a alterar cerca de dois séculos depois. Por esta razão, somos tentados a defender que a incursão terá seguido uma rota terrestre, talvez pelas vias existentes ao longo dos vales dos rios Ave e Pele.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de (1968) – *Vias medievais de Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (polic.).

____ (1978) – *Castelologia medieval de Entre-Douro-e-Minho*. Porto: [s. n.] (polic.).

____ (1981) – *Território Paroquial no Entre-Douro-e-Minho. Sua sacralização*. «Nova Renascença 2», vol.1, Porto: Livraria Bertrand, 202-12.

____ de (1987) – Muralhas Românicas e Cercas Góticas de algumas cidades do centro e do norte de Portugal. A sua lição para a dinâmica urbana de então. Cidades e História, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 137-41.

[35] PIRES, 2011.
[36] HERCULANO, 1856: 9.
[37] FAGAN, 2002: 75.

_____ (1989) – Castelos e cercas medievais, séculos X a XIII. In MOREIRA, Rafael, *edit*. – *Portugal no Mundo. História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, 38-54.

_____ (1992) – *Castelos Medievais do Noroeste de Portugal*. *In* ACUÑA CASTROVIEJO, F., *ed*. – *Finis Terrae: Estudios en Lembranza do Prof. Dr. Alberto Balil*, Santiago de Compostela: 371-85.

_____ (1993) – *Os castelos medievais do norte de Portugal*. In *Primeiras Xornadas Históricas e Arqueolóxicas da 'Mariña Lucense'*. Lugo: Disputación Provincial de Lugo, 51-101.

AMARAL, Luís Carlos (2009) – *O povoamento da terra bracarense durante o século X*. «Revista da Faculdade de Letras – História», III série, vol. 10. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 113-27.

AZEVEDO, Rui Pinto de (1973) – *A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-16*. «Revista Portuguesa de História», 14. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 73-93.

BASTOS, J. G. P. (1988) – *A mulher, o leite e a cobra*. Lisboa: Edições Rolim.

BARROCA, Mário J. (1984) – *Notas sobre a ocupação medieval em Baião*. Porto: «Arqueologia», 10, p. 116-36.

_____ (1988) – *A ocupação Medieval em Castelo de Matos. Primeira abordagem*. Porto: «Arqueologia», 17, p. 159-71.

_____ (1990-91) – *Do castelo da reconquista ao castelo românico (Séc. IX a XII)*. «Portvgália», 11-12, p. 89-126.

_____ (2004) – *Fortificações e Povoamento do Norte de Portugal (Séculos IX a XI)*. «Portvgália», 25, p. 181-203.

BURNS, William E. (2003) – *Witch Hunts in Europe and America: An Encyclopedia*. Westport: Greenwood Press.

CASTELO BRANCO, Camilo (1985) – *Vinte horas de liteira*. Obras Completas, Volume 5, Porto, Lello & Irmão Editores.

CUNHA, A. R. (1975) – *Trepando aos montes*. «O Distrito de Braga», 1 (1-4), p. 485-535.

DINIS, António Pereira; SILVA, Armando Coelho F. da; OLIVEIRA, Felisbela; QUEIROGA, Francisco M.V.R. (2005) – *Vila Nova de Famalicão, do neolítico à romanização*. In Capela, José Viriato *et al.*, *edits*. – *História de Vila Nova de Famalicão*, Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, p. 11-61.

FAGAN, Brian (2002) – *The Little Ice Age: How Climate Made History 1300-1850*. New York: Basic Books.

FIGUEIRAL, Isabel M. A. C. R.; QUEIROGA, Francisco (1988) – Castelo de Matos, 1982-86. «Arqueologia», 17, p. 137-50.

FONTES, Luís F. O.; RORIZ, Ana (2010) – *O Castro – Castelo de Vieira (Cantelães, Vieira do Minho). Relatório*. Braga: Trabalhos Arqueológicos da UAUM. (Memórias 9).

FONTES, Luís Fernando de Oliveira; REGALO, Henrique Jorge L. de Araújo (1997) – *O «Castelo» de Penafiel de Bastuço, Paços S. Julião, Braga. Elementos para o seu estudo*. «Arqueologia Medieval», 5, p. 199-220.

LIMA, António M. de Carvalho (1993) – *Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro (Séc. IX a XII)*. Porto: Universidade do Porto (polic.).

_____ (2010/11) – *Povoamento e Organização do Território do Baixo Douro na época da Monarquia Asturiana*. «Portvgália», 31-32, p. 83-114.

LISÓN TOLOSANA, Carmelo (1987) – *Brujería, estructura social y simbolismo en Galicia*. Madrid: AKAL.

LUNA, Isabel; SOUSA, Ana Catarina; LEAL, Rui Sá (2008) – *Telegrafia visual na Guerra Peninsular 1807-1814*. «Boletim Cultural», Mafra: Câmara Municipal de Mafra, p. 67-141.

MARQUES, José (1988) – *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*. Lisboa: Imprensa Nacional.

_____ (2005) – *A Terra de Vermoim na Idade Média – Identificação do território, instituições, vida e declínio. Alguns aspectos*. In Capela, José Viriato *et al*., *edits*. – *História de Vila Nova de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, p. 63-107.

PIRES, Hélio F. Vitorino (2011) – *Money for Freedom: Ransom Paying to Vikings in Western Iberia*. «Viking and Medieval Scandinavia Journal» 7. Turnhout: Brepols Publishers, p. 125-130.

_____ (2012) – *Incursões Nórdicas no Ocidente Ibérico (844-1147): Fontes, História e Vestígios*. Lisboa: FCSH Universidade Nova de Lisboa (polic.).

PORTUGALIAE Monumenta Historica. Diplomata et Chartae. Lisboa: 1867.

QUEIROGA, Francisco M.V.R. (1983) – *Património Histórico de Vila Nova de Famalicão*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão», 4, p. 47-51.

_____ (1985) – *Vila Nova de Famalicão. Castro de Vermoim – 1982*. «Informação Arqueológica 5», 56.

_____ (2015) – *As cabanas do Castro de Penices, e a evolução da arquitectura doméstica dos castros*. «Portvgalia», 36, p. 263-276.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. (2006) – *A Formação da rede paroquial no Portugal medievo*. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. I., p. 71-84.

SARMENTO, F. Martins (1999) – *Antíqua, Apontamentos de Arqueologia*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.

VEIGA, Augusto Botelho da Costa (1939) – *Estudos de História Militar Portuguesa* (2 vols.). Lisboa: Tipografia Henrique Torres.